



REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA MULHER NO BRASIL

Sophia Zane de Souza 1¹, Jossiana Silva Roque 2¹



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n11p2113-2121>

Artigo recebido em 24 de Setembro e publicado em 14 de Novembro

RESUMO

A violência obstétrica constitui uma forma de violação dos direitos humanos que ocorre durante a assistência ao parto, afetando negativamente a saúde física e mental das mulheres. Esse fenômeno se caracteriza por intervenções médicas não consentidas, desrespeito à autonomia da parturiente e negligência no cuidado. O presente estudo tem como objetivo revisar a literatura existente sobre os impactos da violência obstétrica na saúde das mulheres no Brasil, destacando as práticas mais recorrentes e os grupos mais afetados. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, utilizando as bases de dados SciELO, PubMed e Google Scholar. Os descritores aplicados incluíram “violência obstétrica”, “saúde da mulher”, “transtornos mentais”, “cuidados humanizados” e “direitos reprodutivos”. Foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos que abordavam diretamente os impactos da violência obstétrica no Brasil. Os resultados indicam que a violência obstétrica afeta, sobretudo, mulheres em situação de vulnerabilidade social, como jovens e pertencentes a minorias étnicas. As formas de violência mais comuns incluem a realização de episiotomias sem consentimento, o uso desnecessário de ocitocina para indução do parto e a realização de cesáreas sem necessidade clínica. Além dos danos físicos, foram identificados impactos significativos na saúde mental, como o aumento da incidência de depressão pós-parto e transtorno de estresse pós-traumático. Conclui-se que a adoção de políticas públicas que promovam a humanização do parto, assim como a capacitação dos profissionais de saúde, são fundamentais para reduzir a violência obstétrica e garantir o respeito à autonomia das mulheres. A implementação de protocolos baseados no consentimento informado deve ser uma prioridade para garantir um atendimento mais seguro e respeitoso.

Palavras-chave: Violência obstétrica, Saúde da mulher, Cuidados humanizados, Direitos reprodutivos, Parto humanizado.



INTEGRATIVE REVIEW ON OBSTETRIC VIOLENCE AND ITS IMPACT ON WOMEN'S HEALTH IN BRAZIL

ABSTRACT

Obstetric violence is a form of human rights violation that occurs during childbirth care, negatively affecting women's physical and mental health. This phenomenon is characterized by non-consensual medical interventions, disrespect for the parturient's autonomy and negligence in care. This study aims to review the existing literature on the impacts of obstetric violence on women's health in Brazil, highlighting the most recurrent practices and the groups most affected. To this end, an integrative literature review was carried out using the SciELO, PubMed and Google Scholar databases. The descriptors used included "obstetric violence", "women's health", "mental disorders", "humanized care" and "reproductive rights". Studies published in the last ten years that directly addressed the impacts of obstetric violence in Brazil were included. The results indicate that obstetric violence mainly affects women in situations of social vulnerability, such as young women and those belonging to ethnic minorities. The most common forms of violence include episiotomies without consent, the unnecessary use of oxytocin to induce labor and cesarean sections without clinical need. In addition to physical harm, significant mental health impacts have been identified, such as an increased incidence of postpartum depression and post-traumatic stress disorder. We conclude that the adoption of public policies that promote the humanization of childbirth, as well as the training of health professionals, are fundamental to reducing obstetric violence and guaranteeing respect for women's autonomy. The implementation of protocols based on informed consent should be a priority to ensure safer and more respectful care.

Keywords: Obstetric violence, Women's health, Humanized care, Reproductive rights, Humanized childbirth.

Instituição afiliada – Universidade Nilton Lins

Autor correspondente: *Sophia Zane de Souza* sophiazane04@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é definida por atos de abuso, desrespeito e negligência cometidos ao longo do trabalho de parto, gerando sentimentos de constrangimento e frustração na parturiente. Essa forma de violência tem sido reconhecida como uma problemática na saúde da mulher tanto no Brasil quanto em países como Estados Unidos, Canadá e Portugal (Henriques, 2021). Trata-se de uma transgressão que evidencia falhas no cuidado multidisciplinar da equipe de saúde, resultando em violações severas dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres, sendo também reflexo das desigualdades sociais e institucionais que permeiam o sistema de saúde brasileiro (Silva et al., 2024).

No Brasil, o debate sobre a violência obstétrica tem sido intensificado por meio de ações de movimentos sociais, comunicações midiáticas e discussões acadêmicas que clamam por mudanças urgentes na assistência ao parto. Essa assistência, por sua vez, é frequentemente marcada pelo uso de intervenções desnecessárias, comentários depreciativos e pela ausência de diálogo efetivo entre profissionais de saúde e gestantes, configurando um ambiente de desrespeito à autonomia da mulher (Matos & Magalhães, 2021).

Entre as práticas violentas que se destacam estão intervenções médicas e de enfermagem realizadas sem o devido consentimento, como a episiotomia, a administração de ocitocina (“sorinho”) e o exame de toque repetido em intervalos inadequados. Além disso, formas mais sutis de abuso, como comentários ofensivos e a recusa de oferecer analgesia adequada, também são observadas com frequência (Niculau et al., 2021).

Os impactos dessas práticas são profundos e deixam marcas significativas na vida da parturiente, afetando sua saúde física, mental e emocional. Sentimentos como humilhação, medo e impotência são frequentemente relatados pelas vítimas, muitas das quais desenvolvem traumas e transtornos psicológicos, como depressão pós-parto, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (Oliveira et al., 2023). Esses efeitos podem comprometer a relação entre mãe e bebê e influenciar negativamente futuras experiências reprodutivas.

Este estudo visa revisar a literatura existente sobre a violência obstétrica, analisando seus impactos na saúde da mulher no Brasil. A pesquisa busca compreender as formas de manifestação e os tipos de violência presentes nesse contexto. Durante o levantamento de dados, foi constatado que os grupos mais afetados pela violência obstétrica são mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas de baixa renda, em situação de rua, além de mulheres negras e indígenas. A redução dessa violência demanda a criação de estratégias específicas, com ênfase em políticas públicas e ações educativas voltadas à humanização do parto (Branco et al., 2024). A análise considera também uma abordagem multidimensional, integrando as perspectivas dos campos da saúde e dos direitos humanos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa da literatura, metodologia que possibilita a síntese de resultados de estudos prévios sobre um determinado tema, proporcionando a construção de novas conclusões baseadas em evidências já estabelecidas (Souza et al., 2024). Para tanto, a busca por artigos foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores “violência obstétrica”, “saúde da mulher”, “transtornos mentais”, “cuidados humanizados” e “direitos reprodutivos”.

Os critérios de inclusão limitaram-se a estudos publicados nos últimos dez anos, que discutissem diretamente a violência obstétrica e seus impactos. Foram excluídos artigos que abordavam o tema de maneira tangencial ou restrita a contextos internacionais que não tivessem relação com o Brasil. A análise dos dados coletados foi feita de maneira qualitativa, buscando identificar padrões e tendências, e quantitativa, com a organização dos principais dados relacionados à violência obstétrica no Brasil (Azevedo et al., 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na revisão revelaram que a violência obstétrica no Brasil configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado, profundamente enraizado em práticas históricas e culturais que permeiam o sistema de saúde. Verificou-se que as formas mais recorrentes de violência incluem a realização de intervenções médicas sem o consentimento adequado, como a episiotomia, bem como o uso excessivo de ocitocina para indução do parto e a realização de cesarianas sem indicação clínica justificável (Nunes & Oliveira, 2024). Embora essas intervenções sejam, por vezes, justificadas como medidas de segurança para o bem-estar materno e fetal, observou-se que tais práticas frequentemente desconsideram a autonomia e o bem-estar emocional das parturientes, infringindo seus direitos (Silva et al., 2023).

Foi constatado, ainda, que as mulheres jovens, de baixa renda e pertencentes a grupos raciais minoritários são desproporcionalmente impactadas por esse tipo de violência. A análise dos dados revelou que a discriminação institucional amplifica as desigualdades no acesso a um atendimento de saúde de qualidade, intensificando os efeitos da violência obstétrica entre os grupos mais vulneráveis (Branco et al., 2024). Além dos desafios de ordem física, essas mulheres são frequentemente alvo de preconceito e estigmatização por parte dos profissionais de saúde, fatores que colaboram para a perpetuação de práticas abusivas e desumanizadas dentro do ambiente hospitalar.

No que tange aos impactos psicológicos, foi amplamente evidenciado que a violência obstétrica está associada ao surgimento de transtornos mentais, tais como a depressão pós-parto e o transtorno de estresse pós-traumático. Esses distúrbios psicológicos comprometem a saúde mental das mulheres, gerando sentimentos de insegurança e medo que repercutem negativamente tanto na experiência do parto quanto na construção da relação mãe-bebê (Conceição & Madeiro, 2024). A longo prazo, esses efeitos podem desencadear uma aversão a futuras gestações e um afastamento dos serviços de saúde reprodutiva.



Dessa forma, o enfrentamento da violência obstétrica exige uma abordagem abrangente, que ultrapasse as práticas médicas tradicionais e leve em consideração as dinâmicas de poder e os elementos culturais que perpetuam essas condutas abusivas. A promoção de um modelo de parto humanizado, com ênfase no respeito à autonomia das mulheres e na garantia do consentimento informado, surge como uma resposta essencial a essa problemática. Contudo, para que essas transformações se consolidem de maneira efetiva, é imprescindível o fortalecimento de políticas públicas que assegurem a formação continuada e qualificada dos profissionais de saúde, além da implementação de protocolos que respeitem os direitos reprodutivos e a dignidade das mulheres durante todo o processo de assistência ao parto (Souza et al., 2024).

Por conseguinte, observa-se que a solução para mitigar essa realidade passa pela reformulação de práticas e atitudes no âmbito institucional, de modo a promover uma assistência pautada no respeito, na equidade e na valorização da mulher como protagonista de sua própria experiência de parto. A revisão destaca a necessidade de uma mudança de paradigma, com a construção de um sistema de saúde que acolha as especificidades de cada mulher e garanta a elas uma experiência de parto livre de violência e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir da revisão integrativa, que a violência obstétrica persiste como um problema sério e disseminado no Brasil, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. As práticas abusivas durante o parto violam os direitos humanos e reprodutivos, gerando impactos físicos e psicológicos que podem perdurar por muitos anos (Alves et al., 2024). A urgência de reformas no modelo de assistência obstétrica, com foco em políticas públicas que promovam a humanização do parto, é evidente.

É fundamental que se invista na educação e conscientização dos profissionais de saúde sobre a importância do respeito à autonomia da mulher e ao consentimento informado durante o parto. Além disso, políticas públicas robustas devem ser desenvolvidas para garantir um atendimento equitativo e humanizado para todas as mulheres, independentemente de sua condição social ou racial, de modo a promover a justiça reprodutiva e a erradicação da violência obstétrica no Brasil (Henriques, 2021).



REFERÊNCIAS

- A SILVA, MF; DOÓ, T. de ALF; DA SILVA, EA; SPINELLI, CB; ALVES, ER; DE LIMA, JR; MADEIRA, EBF; RABELO, JB. Características da violência obstétrica no Brasil: uma necessidade urgente de implementação de políticas de saúde. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, [S. l.], v. 2, pág. 5284–5303, 2023. DOI: [10.34119/bjhrv6n2-065](https://doi.org/10.34119/bjhrv6n2-065). Acesso em: 09 out. 2024.
- ALVES, Maria Alice; ALVES, Diego Ramon. A violência obstétrica contra a mulher sob a perspectiva teórica interseccional: Uma revisão narrativa. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 209–218, 2024. DOI: [10.22289/2446-922X.V10N1A13](https://doi.org/10.22289/2446-922X.V10N1A13). Acesso em 02 out. 2024.
- Branco MA, Meucci RD, Paludo SS. Práticas associadas à violência obstétrica no parto vaginal: estudo de base populacional em município do Sul do Brasil. **Cad Saúde Coletiva**. 2024;32(2):e32020020. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202432020020>. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de assistência ao parto. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2023. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.
- CARDOSO, I. P.; SILVA, V. J. de O.; OLIVEIRA, T. F. de; GEISLER, S. A. Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 1507–1525, 2023. DOI: [10.55892/jrg.v6i13.743](https://doi.org/10.55892/jrg.v6i13.743). Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/743>. Acesso em: 15 out. 2024.
- CARVALHO, E.; TOSTA, G.; SOARES, L.; MOREIRA, N. N.; ROZÁRIO, K. da S. S. da S.; TAVARES, P. P. C. Conhecimento de enfermeiros sobre violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 13370–13382, 2023. DOI: [10.34117/bjdv9n4-055](https://doi.org/10.34117/bjdv9n4-055). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/58865>. Acesso em: 15 out. 2024.
- CASTRO, A. C. Violência obstétrica no Brasil: educação perinatal e responsabilidade civil para o enfrentamento do problema. **Revista Amor Mundi**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 141–155, 2024. DOI: [10.46550/amormundi.v5i5.480](https://doi.org/10.46550/amormundi.v5i5.480). Disponível em: <https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/480>. Acesso em: 12 out. 2024.
- CONCEIÇÃO, Haylane Nunes; MADEIRO, Alberto Pereira. Associação entre desrespeito e abuso durante o parto e o risco de depressão pós-parto: estudo transversal. **Cadernos de Saúde Pública**, 2024, v. 40, n. 8, e00008024. DOI: [10.1590/0102-311XPT008024](https://doi.org/10.1590/0102-311XPT008024). Acesso em: 03 out. 2024.
- DA SILVA, MF; DOÓ, T. de ALF; DA SILVA, EA. Violência obstétrica na perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, [S. l.], v. 1, pág. 3210–3224, 2023. DOI: [10.34119/bjhrv6n1-250](https://doi.org/10.34119/bjhrv6n1-250). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/57186>. Acesso em: 01 out. 2024.
- EDUARDA ALMEIDA DE SOUZA, C.; VIANA BRAZIL, I.; BELÉM MARINHO, L.; ALMEIDA BEZERRA, T.; FAUSTINO SARMENTO DE SOUZA, S. Análise dos impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher. **Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza**, [S. l.], v. 17, 2024. DOI: [10.51249/easn17.2024.1836](https://doi.org/10.51249/easn17.2024.1836). Acesso em: 03 out. 2024.



HENRIQUES, Tatiana. Violência obstétrica: um desafio para a saúde pública no Brasil. **Página Grená**, Rio de Janeiro, fev. 2021. Disponível em: https://www.ims.uerj.br/wp-content/uploads/2021/02/violenciaobstetrica_tatiana_henriques_pagina_grena_fev20_21.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

Martins RB, Vasconcelos MNG, Correa RG, Pontes MTCM. Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. **Cad Saúde Coletiva**, 2022;30(1)68-76. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230010245>. Acesso em: 10 out. 2024.

MATOS, Mariana Gouvêa de; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2021, v. 41, e219616, p. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219616>. Acesso em: 16 out. 2024.

NEVES, Lila Bispo das. Violência obstétrica no Brasil: uma análise sobre políticas públicas na prevenção da violência contra mulheres em estado gestacional, parto e puerperal. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Direito) – **Pontifícia Universidade Católica de Goiás**, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7940/1/TCC%20Final%20Lila.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

NICULAU, Daiane dos Santos; FEITOZA, Claudiana Santos Vicente; MENEZES, Max Oliveira. Reflexões sobre a violência obstétrica no Brasil: aspectos culturais. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 95, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/9394>. Acesso em: 11 out. 2024.

OLIVEIRA, Paulo José de Andrade Lira et al. Violência obstétrica: os desafios da saúde pública no contexto da saúde materno-infantil. **Revista Caderno Pedagógico**, Studies Publicações Ltda., Curitiba, v. 20, n. 8, p. 3022-3033, 2023. DOI: [10.54033/cadpedv20n8-001](https://doi.org/10.54033/cadpedv20n8-001). Recebido em 01 nov. 2023 e aceito para publicação em 04 dez. 2023. ISSN: 1983-0882. Acesso em 08 out. 2024.

Repensando o Nascimento como um Direito Integral na Luta contra a Violência Obstétrica no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 41–61, 2024. DOI: [10.17566/ciads.v13i2.1233](https://doi.org/10.17566/ciads.v13i2.1233). Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/1233>. Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, R. T. de A.; SANTOS, T. de L.; SANTOS, T. S. dos. Ações de enfermagem na prevenção e enfrentamento da violência obstétrica: revisão sistemática da literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151299, 2024. DOI: [10.55892/jrg.v7i15.1299](https://doi.org/10.55892/jrg.v7i15.1299). Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1299>. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, J. S. da; DULLIUS, W. R. Conhecimentos dos enfermeiros sobre a violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151358, 2024. DOI: [10.55892/jrg.v7i15.1358](https://doi.org/10.55892/jrg.v7i15.1358). Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1358>. Acesso em: 11 out. 2024.

SOUZA, E. N. de; BORGES, F. G. N.; DIAS, J. dos S. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E EFEITOS. **Revista foco**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. e5271, 2024. DOI: [10.54751/revistafoco.v17n5-181](https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-181). Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5271>. Acesso em: 12 out. 2024.



DESVENDANDO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: IDENTIFICAÇÃO DE FATORES E INTERVENÇÕES PREVENTIVAS. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 12, 2024. DOI: [10.36692/V16N2-56R](https://doi.org/10.36692/V16N2-56R). Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/1831>. Acesso em: 13 out. 2024.